

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO**IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA**

ID da proposta	Processo	Atividade / Procedimento
PR/2026/4153	6133/2026	Proposta à Câmara Municipal
Unidade Administrativa		
DMG - DIREÇÃO		
Propósito		
Órgãos Colegiais \ Deliberação Câmara Municipal		
Órgão/Cargo que resolve		
Câmara Municipal de Braga		

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO**Considerando que:**

- a) Nos termos da alínea b) do artigo 3.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na redação atual, entende-se por "*compromissos plurianuais*" aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico.
- b) Dispõe a alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da referida Lei n.º 8/2012 (LCPA) que a assunção de compromissos plurianuais por entidades da Administração Local está sujeita a **autorização prévia da Assembleia Municipal**.
- c) A **Faz Cultura – Empresa Municipal de Cultura de Braga, EM**, enquanto empresa local de natureza municipal, integra o universo de entidades da Administração Local, carecendo, portanto, de autorização da Assembleia Municipal para assumir compromissos plurianuais.
- d) O Município de Braga detém, integralmente, a Faz Cultura, sendo esta regida pelo regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais, aprovado pela Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, na redação atual.
- e) A autorização prévia da Assembleia Municipal pode ser conferida em momento contemporâneo ou após aprovação das Grandes Opções do Plano, nos termos do artigo 12.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho.
- f) A relação entre o Município de Braga e a Faz Cultura é regulada por contratos#programa e contratos de aquisição/prestação de serviços, necessários ao desenvolvimento da atividade da empresa municipal.
- g) Para cumprimento das suas atribuições e execução dos contratos em vigor, a Faz Cultura necessita de celebrar contratos de aquisição de bens e serviços, incluindo contratos com natureza plurianual.
- h) A empresa municipal necessita de contratar o **fornecimento de eletricidade** para os anos **2026, 2027 e 2028**, contrato este com natureza plurianual, produzindo efeitos financeiros em mais do que um ano económico.



i) O fornecimento em causa está sujeito às regras próprias de contratação pública, nos termos do estabelecido Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto#Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual.

j) O preço base do procedimento ascende a **215.684,21 €**, conforme artigo 47.º do CCP, impondo-se a adoção do **procedimento de concurso público**.

k) O compromisso plurianual apresenta o seguinte escalonamento:

Ano Económico	Valor (s/ IVA)	Valor com IVA
2026	53.921,06 €	63.613,06€
2027	80.881,57 €	95.419,57€
2028	80.881,58 €	95.419,57€
Total	215.684,21 €	254.452,20€

l) O compromisso em causa encontra-se adequadamente enquadrado e previsto nos instrumentos de gestão previsional da empresa municipal.

Proponho:

Que a **Câmara Municipal** delibere, ao abrigo da alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75 /2013, de 12 de setembro, **submeter à aprovação da Assembleia Municipal de Braga** a assunção dos compromissos plurianuais acima identificados, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro.

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE



**FAZ CULTURA
EMPRESA
MUN. DE CULTURA
DE BRAGA (EM)**

Informação

Considerando que:

I. Enquadramento:

A. Entende-se por “Compromissos plurianuais” os compromissos que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico ou em anos económicos distintos do ano em que o compromisso é assumido conforme refere a alínea b) do artigo 3.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua redação atual, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso das entidades públicas (LCPA).

B. Dispõe a alínea c), do n.º 1, do artigo 6.º da LCPA que “a assunção de compromissos plurianuais (...) está sujeita a autorização prévia (...) da assembleia municipal, quando envolvam entidades da administração local”.

C. Assim, de acordo com o citado preceito e, uma vez que a Faz Cultura – Empresa Municipal de Cultura de Braga, E.M., enquanto empresa local de natureza municipal, se subsume no universo de “entidades da administração local”, a assunção de compromissos plurianuais por parte desta carece de autorização prévia da Assembleia Municipal.

D. O Município de Braga detém, integralmente, a Faz Cultura – Empresa Municipal de Cultura de Braga, E.M. que se rege pelo regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais, aprovada pela Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, na sua redação atual.

E. A autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais do Município de Braga pode ser conferida em momento contemporâneo ou após a aprovação das Grandes Opções do Plano (n.º 1 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho).

F. O Município de Braga e a Faz Cultura regulam a sua relação e respetivas atividades através da celebração de contratos-programa e contratos de aquisição/prestação de serviços.

G. Para a concretização do seu escopo, e em execução dos contratos que estejam em vigor, a Faz Cultura tem a necessidade de efetuar a locação ou aquisição de bem móveis, aquisição de serviços, bem como a contratação de empreitadas de obras públicas, para poder desenvolver as suas atividades e compromissos que podem ter efeitos económicos e financeiros durante um ano ou em mais do que um ano.

**FAZ CULTURA
EMPRESA
MUN. DE CULTURA
DE BRAGA (EM)**

II. Natureza plurianual dos compromissos

H. A Faz Cultura irá necessitar de celebrar um contrato de prestação de serviços que tem natureza plurianual, originado despesa em mais do que um ano e, por isso, compromissos que constituem a obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico.

I. Trata-se da aquisição de serviços para o fornecimento de eletricidade para parte do ano de 2026, 2027, e 2028 de acordo com o definido no artigo 20.º, n.º 1 alínea b), do Código dos Contratos Públicos (abreviadamente designado por CCP), aprovado pelo do Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro), na sua redação atual.

J. Importa referir que, nos termos do artigo 47.º do CCP, o preço base do procedimento será de 215.684,21€ o que, tendo em conta o preço base, o procedimento a adotar será um concurso público.

K. Este compromisso plurianual terá o seguinte escalonamento: no ano de 2026 prevê-se o valor de 53.921,06€, para o ano de 2027 o valor de 80.881,57€ e 2028 o valor de 80.881,58€.

L. Este compromisso está devidamente enquadrado e suportado nos Instrumentos de Gestão Previsional da empresa municipal com projeção plurianual.

M. Assim, nos termos a alínea c), do n.º 1, do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua redação atual, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso das entidades públicas (LCPA), cabe à Assembleia Municipal a autorização relativa à assunção de compromissos plurianuais pelas entidades da administração local, categoria na qual se integra a Faz Cultura.